

Conjuntura

Plano de ação aprovado para a Conlutas centra fogo em campanhas importantes e convoca encontro nacional para início de 2007

Os debates realizados no Conat caminharam para a elaboração de um plano de lutas que contempla alguns dos principais problemas que afetam, direta ou indiretamente, a vida dos trabalhadores.

O plano toma como tarefa central a luta contra a Reforma Trabalhista/Sindical, partindo de uma mobilização imediata contra o **Super Simples**. A Conlutas considera que o Super Simples antecipa, de fato, a Reforma Trabalhista para os empregados de micro e pequenas empresas.

O plano também propõe a luta pela anulação da Reforma da Previdência de 2003, além de encaminhar as demandas concretas de cada segmento da classe trabalhadora e da juventude organizadas dentro da Conlutas.

O Conat também discutiu a importância de intensificar a luta contra o pagamento das dívidas interna e externa, bem como centrar fogo no impulso e na unificação das campanhas salariais em curso no segundo semestre de 2006.

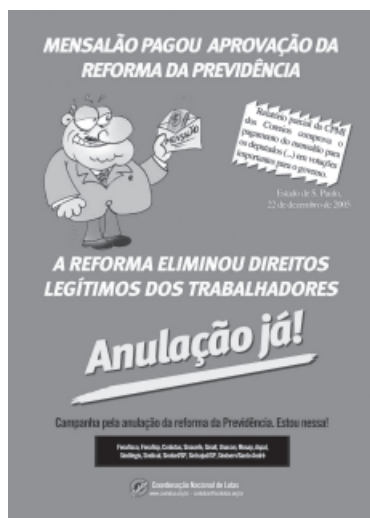
Neste quadro, incluem-se as seguintes lutas:

- Pela redução da jornada de trabalho na perspectiva da defesa da escala móvel de horas de trabalho, visando assegurar o pleno emprego;
- Pela reestatização das empresas privatizadas, sem indenização e sob controle dos trabalhadores. Lutar também pela reintegração dos trabalhadores demitidos dessas empresas;
- Contra a tercerização;
- Pela derrubada de todas as reformas neoliberais.

Encontro Nacional

O Conat aprovou a realização de um Encontro Nacional no início de 2007, para organizar a resistência e a luta contra as reformas.

A luta pela anulação da Reforma da Previdência é uma das campanhas da Conlutas



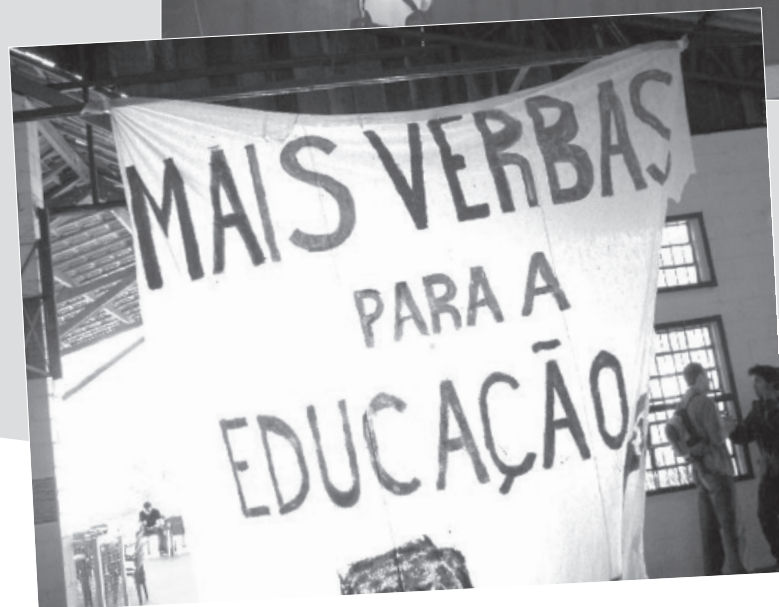
Campanha contra o Super Simples

Uma das mais importantes e imediatas campanhas aprovadas no Conat foi contra o PLP 123/2004 (Projeto de Lei Geral Sobre a Micro e Pequena Empresa), em tramitação no Congresso Nacional. É o chamado **Super Simples**, que significa, na prática, uma reforma trabalhista disfarçada.

Originalmente, o projeto teria como objetivo desburocratizar e facilitar o funcionamento de pequenas e micro empresas. No entanto, ao incorporar propostas originárias do Poder Executivo,

o projeto muda regras de fiscalização que, de fato, desobrigam as micro e pequenas empresas de respeitar direitos básicos dos trabalhadores, como por exemplo: pagar os salários em dia, férias, 13º salário, tudo o que tem a ver com saúde e segurança no trabalho, além de fragilizar, sobremaneira, a arrecadação previdenciária.

As regras deste projeto atingem mais de 90% das empresas do país e cerca de 60% dos trabalhadores empregados.



Cerca de 4 mil pessoas participaram do Conat